



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES
SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÃO
SML - DIRETORIA DE LICITAÇÕES
RELATÓRIO DE INEXIGIBILIDADE

INEXIGIBILIDADE Nº 90029/2025

MODALIDADE: Inexigibilidade Art. 74, Inciso III, Letra "a" e "b" da Lei nº 14.133/2021.

PROCESSO Nº. 6912/2025/SEMFAZ

ÓRGÃO DEMANDANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA

OBJETO: Relatório - SML 90029/2025 - Contratação de empresa especializada para contratação de empresa especializada para prestação de serviços para gestão do imposto sobre a propriedade territorial rural (ITR), com rotinas para atendimento da instrução normativa RFB 1640/2016, gerenciamento de postagens de intimações e notificações de lançamento e a realização do levantamento técnico do VTN para atendimento da instrução normativa RFB 1877/2019 e fornecimento de software de apoio e operacionalização com informações geográficas (SIG), para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Fazenda, por um período de 12 (doze) meses.

FORNECEDOR: MULTISIG GEOPROCESSAMENTO LTDA

CNPJ: 32.234.153/0001-90

VALOR TOTAL: R\$ 23.400,00 (Vinte e três mil e quatrocentos reais).

ITENS: 1

RECURSO: Outros recursos não vinculados

A Lei Federal nº 14.133/22 estabelece as normas gerais sobre licitações, incluindo as situações de inexigibilidade de licitação, que são aquelas em que a licitação não é obrigatória.

Nesses casos, a Administração Pública pode contratar diretamente o fornecedor, sem a realização de um processo licitatório.

Para que a contratação direta seja válida, é necessário que a Administração Pública comprove a necessidade do objeto, a não fragmentação da despesa, a escolha do fornecedor e a justificativa do preço.

No que diz respeito à necessidade do objeto, a Administração Pública deve demonstrar que o objeto da contratação é essencial para o seu funcionamento ou para a prestação de um serviço público.

A não fragmentação da despesa significa que a Administração Pública não pode fracionar a contratação em pequenas parcelas para evitar a realização de licitação.

A escolha do fornecedor deve ser feita de forma objetiva, com base em critérios claros e previamente estabelecidos.

A justificativa do preço deve demonstrar que o preço contratado é justo e compatível com o mercado, como passamos a demonstrar:

I - DA NECESSIDADE DO OBJETO

Trata o presente processo de procedimento que tem por objeto a contratação de empresa especializada para contratação de empresa especializada para prestação de serviços para gestão do imposto sobre a propriedade territorial rural (ITR), com rotinas para atendimento da instrução normativa RFB 1640/2016, gerenciamento de postagens de intimações e notificações de lançamento e a realização do levantamento técnico do VTN para atendimento da instrução normativa RFB 1877/2019 e fornecimento de software de apoio e operacionalização com informações geográficas (SIG), para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Fazenda, por um período de 12 (doze) meses, para atender a demanda da SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA, nas condições definidas no [Termo de Referência nº 104/SEMFAZ/2025 de 21/03/2025 \(ID 3055061\)](#) e os anexos que integram o referido processo.

Conforme justificativa no item 4 do [Documento de Formalização de Demanda - DFD 12 de 19/03/2025 \(ID 3048744\)](#), a presente contratação deu-se em face da necessidade da contratação de empresa especializada para prestação de serviço de locação de sistema de informações geográficas é necessária para apoio à fiscalização do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR), com rotinas para atendimento da Instrução Normativa nº 1640/2016 e gerenciamento e postagens de intimações e notificações de lançamentos, para a SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS, conforme [Proposta de Preços - Multisig Geoprocessamento Ltda de 20/03/2025 \(ID 3051290\)](#).

Desta feita, verifica-se que o objeto de que trata esta despesa, revela-se imperioso para para a municipalidade, pois a motivação para a contratação, foi o aumento da arrecadação municipal de ITR através da atualização da base existente, a implementação de novas tecnologias e levantamento da situação imobiliária do município, conforme item 2.1.2. e 2.1.3, onde a contratação de empresa especializada para prestação de serviço de locação de sistema de informações geográficas é necessária para apoio à fiscalização do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR), com rotinas para atendimento da Instrução Normativa nº 1640/2016 e gerenciamento e postagens de intimações e notificações de lançamentos. [Estudo Técnico Preliminar - ETP nº 111/SEMFAZ/2025 de 19/03/2025 \(ID 3049340\)](#).

II - DA CARACTERIZAÇÃO E JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO.

As compras e contratações seguem obrigatoriamente um regime regulamentado por Lei. O fundamento principal que reza por esta iniciativa é o artigo. 37, inciso XXI, da Constituição Federal de 1988, no qual determina que as obras, os serviços, compras e alienações devem ocorrer por meio de licitações.

A licitação foi o meio encontrado pela Administração Pública, para tornar isonômica a participação de interessados em procedimentos que visam suprir as necessidades dos órgãos públicos acerca dos serviços disponibilizados por pessoas jurídicas nos campos mercadológicos, municipais, estaduais e nacionais e, em especial, procurar conseguir a proposta mais vantajosa.

Parecer Técnico Inexigibilidade Aquisição

Para melhor entendimento, vejamos o que dispõe o inciso XXI do Artigo 37 da Carta magna:

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações. (BRASIL. Constituição Federal. 1988)

A atividade é regulamentada pela Lei Federal 14.133/2021, promulgada no dia 01 de abril de 2021, substituindo a Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993.

O objetivo da licitação é contratar a proposta mais vantajosa, primando pelos princípios da legalidade, impessoalidade, igualdade, moralidade e publicidade. Licitar é regra.

Entretanto, há aquisições e contratações que possuem caracterizações específicas tornando impossíveis e/ou inviáveis as licitações nos trâmites usuais.

Na ocorrência de licitações impossíveis e/ou inviáveis, a lei previu exceções à regra, as Dispensas de Licitações e a Inexigibilidade de Licitação. Trata-se de certame realizado sob a obediência ao estabelecido nos artigos 72, 74, 75, dependendo de cada especificidade.

No caso em tela, trata-se de certame realizado sob a obediência ao estabelecido no art. 74, caput, e inciso III, Letra "a" e "b" da Lei Federal n. 14.133/2022, onde se verifica ocasião em que é cabível a inexigibilidade de licitação, vejamos:

Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:

III contratação dos seguintes serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação:

a) estudos técnicos, planejamentos, projetos básicos ou projetos executivos;

b) pareceres, perícias e avaliações em geral;

Portanto, a INEXIGIBILIDADE esta consubstanciada com base jurídica no caput e inciso III, Letra "a" e "b" do art. 74 da Lei nº 14.133/2021, o qual justifica em face ao caráter vinculativo da necessidade da contratação deu-se em face da necessidade da contratação de empresa especializada para prestação de serviço de locação de sistema de informações geográficas é necessária para apoio à fiscalização do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR), com rotinas para atendimento da Instrução Normativa nº 1640/2016 e gerenciamento e postagens de intimações e notificações de lançamentos, para a SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS .

III - DA POSSIBILIDADE DE OCORRÊNCIA DE FRAGMENTAÇÃO

Diz o art. 72 da Lei 14.133/21, em seu parágrafo único:

Art. 72. O processo de contratação direta, que compreende os casos de inexigibilidade e de dispensa de licitação, deverá ser instruído com os seguintes documentos:

I - documento de formalização de demanda e, se for o caso, estudo técnico preliminar, análise de riscos, termo de referência, projeto básico ou projeto executivo;

II - estimativa de despesa, que deverá ser calculada na forma estabelecida no art. 23 desta Lei;

III - parecer jurídico e pareceres técnicos, se for o caso, que demonstrem o atendimento dos requisitos exigidos;

IV - demonstração da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido;

V - comprovação de que o contratado preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária;

VI - razão da escolha do contratado;

VII - justificativa de preço;

VIII - autorização da autoridade competente

Os atos em que se verifique a inexigibilidade de licitações são atos que fogem ao princípio constitucional da obrigatoriedade de licitação, consagrando-se como exceções a este princípio.

Assim, este tipo de ato trata-se de ato discricionário, mas que devido a sua importância e necessidade extrema de idoneidade, se submete ao crivo de devida justificativa que ateste o referido ato.

No caso em questão se verifica a análise do Artº 74, caput, inciso I e do Art. 72 inciso VI, o que justifica a contratação direta, vale tecer alguns comentários a despeito de eventual fragmentação de despesa, o que ensejaria afronta a Lei de Licitações.

Tanto a doutrina quanto a jurisprudência recomendam que nas compras deverão ser observadas as quantidades a serem adquiridas em função do consumo estimado. Portanto, deve haver um planejamento para a realização das compras, além disso, este planejamento deve observar o princípio da anualidade do orçamento. Logo, não pode o agente público justificar o fracionamento da despesa com várias aquisições ou contratações no mesmo exercício, sob modalidade de licitação inferior àquela exigida pelo total da despesa no ano, quando isto for decorrente da falta de planejamento. (Manual TCU)

A Constituição Federal em seu artigo 37, inciso XXI estabelece o dever de licitar de forma a assegurar a igualdade de condições a todos os concorrentes, em obediência aos princípios da impessoalidade, da isonomia, da publicidade, da moralidade e da legalidade.

Nesse mesmo sentido, o art. 5º da Lei n.º 14.133/2021, reforça a observância desses princípios e ainda estabelece que a licitação corresponde a procedimento administrativo voltado à seleção mais vantajosa para a contratação desejada pela Administração Pública e necessária ao atendimento do interesse público:

Art. 5º Na aplicação desta Lei, serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, assim como as disposições do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro).

Convém destacar que no caso em questão se verifica a análise específica do caput, e inciso I, do art. 74 da Lei 14.133/2021, o que justifica a contratação direta, sem mérito de comentários a despeito de eventual fragmentação de despesa, uma vez que para o caso em debate, independe o valor da despesa, aplicando-se apenas para os casos previstos nos incisos, como já citados.

IV - DA RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR

E imperioso frisar que as cotações são realizadas para balizamento dos valores máximos a serem aceitos pela administração ou para aferir o menor valor da proposta vencedora, quando promovida a disputa para de licitação convencional [Proposta de Preços - Multisig Geoprocessamento Ltda de 20/03/2025 \(ID 3051290\)](#).

Neste caso, haja vista a falta de aplicabilidade de disputa em razão das características que moldam este procedimento, qual seja, o Art. 74, Caput e inciso I da Lei 14.133/21, vislumbra os casos de impossibilidade de competição, como é o caso de que trata esta despesa, considerando que a empresa se trata de fornecedora especializada na locação e implantação de Sistema de Informações Geográficas (SIG) para suporte, assessoria e consultoria na gestão do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR), operacionalizado totalmente em ambiente WEB, com emissão de laudos agrônômicos de vistoria e avaliação contendo informações sobre o valor da terra nua e fornecendo rotinas para atendimento das Instruções Normativas da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (RFB) nº 1640 e 1877, destinado à Secretaria Municipal de Fazenda de Ariquemes.

V - DA JUSTIFICATIVA DO PREÇO

Conforme disposto no Artº 23 da Lei Federal 14.133/2021, a possibilidade de ocorrência de contratação direta não afasta a obrigatoriedade de verificação dos valores praticados, na forma que dispõe o presente artigo:

Art. 23. O valor previamente estimado da contratação deverá ser compatível com os valores praticados pelo mercado, considerados os preços constantes de bancos de dados públicos e as quantidades a

serem contratadas, observadas a potencial economia de escala e as peculiaridades do local de execução do objeto.

§ 1º No processo licitatório para aquisição de bens e contratação de serviços em geral, conforme regulamento, o valor estimado será definido com base no melhor preço aferido por meio da utilização dos seguintes parâmetros, adotados de forma combinada ou não:

I - composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente no painel para consulta de preços ou no banco de preços em saúde disponíveis no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP);

II - contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, inclusive mediante sistema de registro de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente;

III - utilização de dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo federal e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que contenham a data e hora de acesso;

IV - pesquisa direta com no mínimo 3 (três) fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, desde que seja apresentada justificativa da escolha desses fornecedores e que não tenham sido obtidos os orçamentos com mais de 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital;

V - pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas, na forma de regulamento.

No caso em questão verificamos, como já foi dito, trata-se de situação pertinente a Inexigibilidade de Licitação, o que não possibilita o levantamento destes valores através dos meios acima mencionados, neste caso a norma recomenda que sejam verificados os seguintes requisitos:

Artº23. § 4º Nas contratações diretas por inexigibilidade ou por dispensa, quando não for possível estimar o valor do objeto na forma estabelecida nos §§ 1º, 2º e 3º deste artigo, o contratado deverá comprovar previamente que os preços estão em conformidade com os praticados em contratações semelhantes de objetos de mesma natureza, por meio da apresentação de notas fiscais emitidas para outros contratantes no período de até 1 (um) ano anterior à data da contratação pela Administração, ou por outro meio idôneo.

Buscando atender a esta exigência foram anexados aos autos a [Declaração 4 de 20/03/2025 \(ID 3051502\)](#), [Nota Fiscal MUNICIPIO DE ARAPUTANGA de 20/03/2025 \(ID 3051411\)](#); [\(ID 3051412\)](#); [\(ID 3051413\)](#); [Contrato CAMPO LIMPO DE GOIÁS-GO de 20/03/2025 \(ID 3051458\)](#); [Contrato JAPORA-MS de 20/03/2025 \(ID 3051459\)](#). Portanto, está justificada a questão dos preços praticados.

VI - DA HABILITAÇÃO JURÍDICA, TÉCNICA E REGULARIDADE FISCAL

Nos procedimentos administrativos para contratação, a Administração tem o dever de verificar os requisitos de habilitação estabelecidos no art. 62, previstos nos casos de contratação direta no art. 72 inciso V da Lei 14.133/21.

Art. 62. A habilitação é a fase da licitação em que se verifica o conjunto de informações e documentos necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, dividindo-se em:

I - jurídica;

II - técnica;

III - fiscal, social e trabalhista;

IV - econômico-financeira.

Resta deixar consignado que a contratada **demonstrou-se** apta parcialmente para sua habilitação no que tange aos incisos I a IV, conforme:

Não foi possível a emissão da CND Municipal, conforme ID: [Consulta CND MUNICIPAL de 01/04/2025 \(ID 3081678\)](#)

[Documentos de Habilitação MULTISIG GEOPROCESSAMENTO LTDA de 21/03/2025 \(ID 3055579\)](#);

[Consulta 90029/2025 de 01/04/2025 \(ID 3081182\)](#);

[Consulta On-line de 01/04/2025 \(ID 3081656\)](#).

Em cumprimento das exigências firmadas no Termo de Referência foram apresentados a habilitação, o responsável técnico demonstrou por meio de seu Currículo, conhecimento profissionais na área e conforme abaixo:

[Diploma Graduação de 20/03/2025 \(ID 3051803\);](#)

[Comprovante de Inscrição Conselho Federal de Corretores de Imóveis de 20/03/2025 \(ID 3051642\)](#)

[Comprovante de Inscrição Conselho Regional de Corretores de Imóveis de 20/03/2025 \(ID 3051643\)](#)

[Comprovante de Inscrição Instituto Brasileiro de Avaliações e de 20/03/2025 \(ID 3051645\)](#)

[Currículo Wagner de Oliveira Filippetti de 20/03/2025 \(ID 3051799\)](#)

[Diploma Graduação de 20/03/2025 \(ID 3051803\)](#)

[Certificado Especializações de 20/03/2025 \(ID 3051810\)](#)

VII - CONSIDERAÇÕES

A análise técnica foi realizada com base nas informações apresentadas, as mesmas foram elaboradas pelos profissionais responsáveis da SEMFAZ, como também a inserção dos documentos necessários para justificar a contratação.

Além disso, foi realizada uma análise de risco, identificando eventuais falhas no processo de contratação e propondo soluções para mitigar possíveis problemas.

Os seguintes documentos técnicos foram elaborados pelo corpo técnico da SEMFAZ:

[Matriz de Gerenciamento de Riscos nº 110/SEMFAZ/2025 de 20/03/2025 \(ID 3050864\)](#)

[Estudo Técnico Preliminar - ETP nº 111/SEMFAZ/2025 de 19/03/2025 \(ID 3049340\)](#)

[Termo de Referência nº 104/SEMFAZ/2025 de 21/03/2025 \(ID 3055061\)](#)

Os documentos supracitados foram ratificados pelo agente elaborador e pela Secretária Municipal de Fazenda.

Entendemos que estes agentes detêm de expertise e assessoria suficiente para afirmar com segurança quanto ao melhor procedimento a seguir. Ainda trago o texto do Torres (2021, p.391, Lei de Licitações Públicas Comentadas).

Nesta feita, competição inviável, para fins de aplicação da hipótese de inexigibilidade licitatória, não ocorreria apenas nas situações em que é impossível haver disputa, mas também naquelas em que a disputa é inútil ou prejudicial ao atendimento da pretensão contratual, pelo confronto e contradição com aquilo que a justifica (o interesse público).

VIII - CONCLUSÃO

Pelos fatos acima aduzidos, inobstante o interesse em contratar a referida empresa, relativamente à prestação dos serviços em questão é decisão discricionária de o Gestor optar pela contratação ou não, ante a criteriosa análise da Procuradoria Geral do Município acerca da legalidade da contratação por meio de Inexigibilidade de Licitação, nos termos do Art. 74, Inciso III, Letra "a" e "b" da Lei 14.133/21, em face da documentação acostada aos autos que instruem o presente procedimento.

Ariquemes/RO, 01 de abril de 2025.

Elaborado por:

ROSANGELA MARTINS DE OLIVEIRA

Agente de Contratação

Ratificado por:

LUIZ FERNANDES RIBAS MOTTA

Secretário Municipal de Fazenda



Documento assinado eletronicamente por **ROSANGELA MARTINS DE OLIVEIRA**, **Agente de Contratação e Pregoeiro**, em 01/04/2025 às 15:34, horário de Ariquemes/RO, com fulcro no art. 18 do [Decreto nº 16.426 de 16/04/2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **LUIZ FERNANDES RIBAS MOTTA**, **Secretario Municipal de Fazenda**, em 01/04/2025 às 16:01, horário de Ariquemes/RO, com fulcro no art. 18 do [Decreto nº 16.426 de 16/04/2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site transparencia.ariquemes.ro.gov.br, informando o ID **3081194** e o código verificador **AE868B3E**.

Referência: [Processo nº 8-6912/2025](#).

Docto ID: 3081194 v1